 ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 009. Antropologia da Criança: conjugando direitos e protagonismo social

Fernanda Cruz Rifiotis (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) - Coordenador/a, Clarice Cohn (UFSCar) - Coordenador/a, Emilene Leite de Sousa (UFMA) - Debatedor/a, Antonella Maria Imperatriz Tassinari (Universidade Federal de Santa Catarina) - Debatedor/a O objetivo do GT ? reunir trabalhos que tenham como foco os modos pelos quais as crian?as se constroem enquanto sujeitos, a fim de mapear e problematizar os desafios te?ricos e metodol?gicos no campo da Antropologia da Crian?a. Como forma de dar continuidade aos GTs realizados em outras RBAs, interessa-nos trazer para o primeiro plano das reflex?es, o potencial das crian?as para revelarem o que nem sempre ? objeto de aten??o em estudos focados exclusivamente nos adultos. Gostar?amos de receber trabalhos sobre inf?ncias diferenciadas (crian?as urbanas, campesinas, quilombolas, ind?genas, de popula?es tradicionais, em situa??o de institucionaliza??o, entre outras) que suscitem quest?es de g?nero, ra?a e direitos espec?ficos. Considerando o tema da 31 RBA, destacamos a import?ncia de pensar sobre os direitos e a prote??o desses sujeitos, assim como tamb?m sobre os sujeitos desses direitos e seu protagonismo social. A proposta do GT ? congregar pesquisas etnogr?ficas recentes que suscitem discuss?es te?ricas, metodol?gicas e ?ticas em diferentes contextos nacionais e internacionais abarcando: estudos que pensem as experi?ncias de constru??o das crian?as enquanto sujeitos, que empreendam an?lises das tecnologias de governo voltadas ?s crian?as, que exercitem reflex?es metodol?gicas sobre a pesquisa com crian?as e discutam as no?es sociais de inf?ncia e que coloquem em perspectiva a quest?o da prote??o e dos direitos desses sujeitos e seu protagonismo social.

Aprendizagem de música na perspectiva da criança

Autoria: Juliete Cristina Lobo Rodrigues

A presente pesquisa pretende contribuir com um olhar antropológico para ensino de música nas escolas de educação infantil da cidade de Santarém, buscando identificar o papel da criança para a valorização das aulas de educação artística em que a música está inclusa. Em 2008 foi promulgada a Lei nº 11.769 de 2008, que determina o ensino da arte a partir do contexto sociocultural em que o aluno esteja inserido. Isso implica em que ela precisa ser aplicada não de forma isolada, mas sim levando em conta a realidade vivenciada pela criança. Através de uma análise do cotidiano escolar e da relação da criança com a música tal como é ensinada nas escolas, percebeu-se a importância em desenvolver uma abordagem que leve em conta o protagonismo da criança. Pretendo levar em consideração que a música se faz presente em nosso cotidiano ao longo de nossa vida, seja no meio familiar ou fora dele, e que sua abordagem vai além da formação de músicos e recursos pedagógicos. Essa investigação visa compreender como tem sido as tentativas de aplicação da lei que torna obrigatório o ensino de música a partir de uma premissa que supõe a criança como protagonista de seu próprio aprendizado. Por tanto, acredita-se que o contato com a música possa proporcionar além do bem-estar, interação a partir de experiências desassociadas ao ambiente escolar e que a criança venha manifestar expressões pessoais contrarias a imitações e repetições em suas práticas musicais.

Trabalho completo

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**